

## ARGENTINA

## Bolsonarismo abraça Milei

Personagens próximos ao ex-presidente agitam as redes e marcam presença em Buenos Aires esperançosos na vitória do ultradireitista

» HENRIQUE LESSA

Apoiadores e nomes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro participaram ativamente das eleições presidenciais argentinas manifestando apoio a Javier Milei e fazendo críticas a Sergio Massa. Houve quem fosse a Buenos Aires para, pessoalmente, dar suporte ao candidato da ultradireita, como o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Porém, nas redes sociais, foi onde a militância marcou forte presença.

Próximo do encerramento da votação no país vizinho, o ex-presidente Jair Bolsonaro publicou um vídeo saudando Milei e afirmando que o sucesso do candidato da extrema direita nas urnas é o da Argentina. “Estamos aqui torcendo pelo sucesso da Argentina, que é o teu sucesso. Não podemos continuar com a esquerda, que não deu certo em lugar nenhum no mundo”, provocou. Ele prometeu prestigiar a posse de Milei em caso de vitória.

As redes bolsonaristas se agitaram ao longo do dia, na esperança de ver o ultradireitista na Casa Rosada, sede do governo argentino. “A Argentina será muito burra e merecerá

o socialismo se não eleger Javier Milei”, escreveu Sergio Camargo, ex-presidente da Fundação Cultural Palmares na gestão Bolsonaro.

O presidente do PP e ex-ministro da Casa Civil do governo anterior, senador Ciro Nogueira (PL), deu apoio ao candidato da extrema direita argentina ao fazer uma “conjugação verbal”. “Eu Milei, tu Milastes, ele Kirchinou, nós Milamos, Vós Milastes, eles Kirchinaram. Argentina Libre!”

Já o ex-juiz e senador Sergio Moro (União-PR) manifestou apoio aos dois candidatos da direita — além de Milei, Patricia Bullrich, ex-secretária de Segurança no governo de Mauricio Macri, disputou a corrida presidencial — e comemorou a escolha da candidata da oposição na Venezuela. “Um dia de mudança e esperança para a América Latina. As primárias na Venezuela devem consagrar María Corina Machado como a candidata presidencial de oposição a (Nicolás) Maduro, em 2024. E, na Argentina, com Milei ou (Patricia) Bullrich, as eleições presidenciais representam a oportunidade para o ‘adiós’ ao kirchnerismo”, publicou.

Mas o envolvimento da direita brasileira foi além das redes sociais. Diversos políticos

Reprodução



Eduardo foi tirado do ar no momento em que defendia que os argentinos se armem para defender a “liberdade”

desembarcaram em Buenos Aires para acompanhar o pleito. Ernesto Araújo, ex-chanceler do governo Bolsonaro, de lá disse que “a economia (da Argentina) foi esfacelada pelas medidas da esquerda”. O deputado federal

Marcel van Hattem (Novo-RS), também do país vizinho, disse que Milei é um liberal como ele.

Eduardo Bolsonaro, por sua vez, foi figura constante na mídia argentina durante a votação, sempre ressaltando o apoio do

pai a Milei. A empolgação dele com o candidato da ultradireita fez até com que fosse tirado do ar enquanto dava entrevista ao canal C5N. Ele defendia o porte de armas e foi interrompido. No estúdio, o apresentador deixou

claro o incômodo com as ideias do deputado.

“Generosa demais a Argentina e os argentinos por receberem esse tipo de gente. Por isso que os brasileiros, com lógica, tiraram o pai dele do poder”, disse o âncora, interrompendo a transmissão.

Outra presença em Buenos Aires foi da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia. Ela foi convidada pela Câmara Nacional Eleitoral da Argentina e pela Direção Nacional Argentina na condição de vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A magistrada representou o Brasil como observadora internacional do pleito.

Fora da direita, a eleição argentina foi observada a distância pela política brasileira, com poucas declarações de apoio a Sergio Massa. Uma das raras partiu do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. “Desejo sorte ao meu amigo Sergio Massa, que foi um excelente presidente da Câmara dos Deputados, e tem atuado de forma muito importante à frente do Ministério da Economia, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela Argentina”, publicou.

LEIA MAIS NA PÁGINA 9

## JUDICIÁRIO

## Penas deixam de ser unanimidade

Uma discordância entre os ministros do Supremo Tribunal Federal teve como efeito algo que as defesas dos acusados do 8 de Janeiro até então não tinham conseguido: uma redução das penas dos réus condenados. Nas primeiras seis, o STF seguiu o mesmo padrão: o voto do relator dos processos, ministro Alexandre de Moraes, foi acompanhado na íntegra pela maioria da Corte. Por isso, prevaleceu a dosimetria arbitrada por ele, com condenações a 12, 14 e 17 anos de prisão.

Na terceira leva de julgamentos, que contemplou mais seis casos na semana passada, a dinâmica mudou. Os ministros terminaram de votar na terça-feira. Até a meia-noite, o plenário virtual da Corte ficou aberto para que depositassem os votos e o STF formou maioria pelas condenações. No entanto, não houve consenso para as penas arbitradas por Moraes e a decisão do magistrado foi modificada pela primeira vez, com redução de

seis meses para cada condenado.

Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Dias Toffoli acompanharam o relator. Cristiano Zanin e Edson Fachin propuseram uma pena de 11 anos. Luís Roberto Barroso votou pela absolvição dos acusados no crime de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito (artigo 359-L do Código Penal) — acompanhando Moraes nas demais acusações e pontos do julgamento.

André Mendonça e Nunes Marques foram os responsáveis pela dissidência mais marcada: votaram por condenações com penas bem mais brandas, que chegaram a bater nove meses. Pelo que prevê a legislação brasileira, uma condenação dessas teria que ser cumprida em regime aberto.

Nesse cenário, apesar de todos os ministros serem a favor da condenação dos réus, apenas quatro endossaram as penalidades atribuídas por Moraes. Por isso, a dosimetria do relator não teve o apoio da maioria do STF.

## Voto médio

Embora na quarta-feira os votos já estivessem consolidados, na noite de sexta a Corte decidiu reduzir as condenações ao patamar de um “voto médio”, proposto por Zanin. Por isso, as penas de 17 e 14 anos foram reduzidas em seis meses.

Cláudio Augusto Felipe, Jaqueline Freitas Gimenez, Marcelo Lopes do Carmo, Reginaldo Carlos Begiato Garcia e Edineia Paes da Silva dos Santos foram condenados a 16 anos e seis meses. Jorge Ferreira, a 13 anos e meio. Todos estão presos preventivamente e permanecerão encarcerados para começar a cumprir as penas. Eles foram condenados pelos cinco crimes apontados pela Procuradoria-Geral da República (PGR): abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada.

Apesar das condenações altas, os acusados não têm

SCO/STF



De início, penas impostas por Moraes aos vândalos do 8/1 foram seguidas integralmente. Mas já são amenizadas

recebido as penas máximas de cada delito. Esses cinco crimes, somados, poderiam levar a até 29 anos de prisão.

O primeiro e segundo blocos de julgamento condenaram seis pessoas pelas manifestações antidemocráticas do 8 de janeiro. Os casos começaram a ser julgados

no plenário físico da Corte e foram marcados por sustentações orais mais panfletárias do que técnicas. Tradicionalmente, o objetivo da sustentação oral é fazer com que algum dos magistrados fique em dúvida ou sinta necessidade de rever seu voto e peça vista do caso, interrompendo o

julgamento. O voto também pode ser modificado na hora, mas não é tão comum.

Depois desse primeiro bloco, os julgamentos mudaram para o plenário virtual. Os advogados ainda podem fazer sustentações orais, mas precisam enviá-las por vídeo ao sistema da Corte.



ROBERTO BRANT

“O PRINCIPAL DILEMA DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA É QUE É PRECISO MENTIR PARA VENCER ELEIÇÕES E É PRECISO DIZER A VERDADE PARA GOVERNAR”

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

## A política é cada vez mais o domínio das ficções

A política hoje, aqui e em toda parte, é cada vez mais o domínio das ficções e não dos fatos. Quem tem o talento para alinhar as melhores narrativas, mesmo distanciadas da realidade, conquista as mentes e os corações. Mesmo antes das redes sociais e da multiplicação dos canais de informação, a verdade nunca foi o ingrediente preferencial do discurso político. O que era diferente era que a circulação dos discursos era muito mais limitada e não contaminava a sociedade inteira. Agora, com o caos informacional em que estamos envolvidos, todas as ficções, por mais inverossímeis que sejam, são acolhidas sem reservas.

O mundo da política ficou parecendo uma viagem noturna com os faróis apagados. O desprezo pelos fatos é uma arma poderosa nas corridas eleitorais, mas não é um bom recurso para as tarefas de governar. A grande dificul-

dade dos governos é que uma população educada na fantasia nem sempre encara com resignação a dureza das soluções reais. Esse desencontro está na raiz do descontentamento com a democracia e da fragilidade dos governos democráticos.

O principal dilema da política contemporânea é que é preciso mentir para vencer eleições e é preciso dizer a verdade para governar. Esse dilema explica o encolhimento do chamado centro político, aquele campo que abriga as pessoas mais realistas, mais equilibradas e que tem um certo pudor em dizer aquilo em que não acreditam. Esse retraimento alimenta a fortuna dos extremismos ou do cinismo.

Um amigo meu, com certa dose de sabedoria, me disse a respeito de Javier Milei, na Argentina: se acredita no que está pregando, estamos diante um louco perigoso e precisamos nos acautelar;

se não acredita, é apenas um cínico e, aí, teremos apenas a política como ela é. Entre a loucura e o cinismo, precisamos encontrar um novo caminho.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está prestes a completar o primeiro ano e ainda não cumpriu uma das poucas promessas de campanha, que foi unir os brasileiros. Até agora, a retórica do governo é francamente partidária e todos os postos-chaves da administração estão entregues a expoentes do PT. Todo o esforço de conciliação está voltado, exclusivamente, à formação da base de apoio parlamentar, sem nenhuma consequência para o conjunto da sociedade.

Não seria injusto afirmar que, até agora, o governo continua apostando na polarização. As pesquisas já divulgadas confirmam que as divisões políticas estão inalteradas e que o apoio ao governo coincide com sua votação em outubro de 2022. Nosso país está imóvel.

Uma sociedade dividida é uma sociedade incapaz de resolver seus problemas. O que se passa nos Estados Unidos e em Israel, por exemplo, é a prova dos danos e dos perigos da polarização interna. Falando no mundo exterior, os traços mais partidários do governo Lula estão presentes na sua política externa, na condescendência com as notórias ditaduras da Venezuela e de Cuba e na sua indistigável simpatia por regimes autocráticos, tornada explícita na avaliação da invasão da Ucrânia e na recepção do Irã e da Arábia Saudita no Brics.

A vocação autoritária das esquerdas latino-americanas deixou uma marca profunda no partido do presidente. Essa nunca será uma política externa que vai unir os brasileiros.

## Imobilismo

No campo do crescimento eco-

nômico, o governo está imobilizado por sua atração pelo passado, quando o crescimento possível para o Brasil era sinônimo de mudança e mudança profunda. O grande economista Albert Hirschman já dizia que todo modelo de crescimento traz em si o germe da obsolescência. Mesmo em caso de sucesso, cada modelo trata de desequilíbrios que são específicos do período e, portanto, precisa ser constantemente reinventado. Repetir o passado não é uma alternativa, embora o modelo esgotado tenha produzido clientelas que se beneficiam desproporcionalmente de suas instituições e têm poder para se opor às mudanças.

Insistindo na divisão dos brasileiros e em visões do passado, o governo pode resistir e até vencer novamente, mas o Brasil certamente perderá.